

DOIS OCIDENTES

Carlos Gaspar

QUAND TOUS VONT VERS LE DÉBORDEMENT NUL N'Y SEMBLE ALLER.

Pascal

Os historiadores da Aliança Atlântica demonstram, sem dificuldade, como a crise é o estado normal da comunidade de defesa ocidental e que nenhuma das sucessivas crises transatlânticas chegou a pôr em causa a sua continuidade.

Os exemplos são numerosos. Quando a França não quis ratificar o tratado da Comunidade Europeia de Defesa, em 1954, os Estados Unidos ameaçaram partir, mas desistiram com o acordo sobre a entrada da Alemanha Ocidental na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Nos anos 60, o general De Gaulle expulsou as tropas norte-americanas da França, mas confirmou os seus vínculos à Aliança Atlântica durante a crise de Cuba. A unificação da Alemanha ameaçou abrir caminho para a neutralidade da potência central europeia, mas acabou por fortalecer a posição central da comunidade ocidental de defesa como garante dos equilíbrios regionais do pós-Guerra Fria.

Os precedentes históricos tornam uma certa contenção obrigatória. Porém, o declínio da Aliança Atlântica desde o fim da Guerra Fria e as divergências profundas reveladas na sequência do 11 de Setembro tornam possível classificar a última crise como a pior de todas as crises transatlânticas¹.

A CRISE TRANSATLÂNTICA

No fim da Guerra Fria, com o suicídio do regime comunista russo, a coligação ocidental perde a sua primeira razão de ser. A escola realista antecipou logo o fim da Aliança Atlântica, contra a corrente liberal-institucionalista, que realça a robustez e a força da inércia institucional da OTAN, bem como o seu estatuto como parte integrante do «sistema americano», o outro nome do modelo de ordenamento internacional que prevaleceu contra a alternativa totalitária e se consolidou com essa vitória².

Na primeira década do pós-Guerra Fria, a Aliança Atlântica conseguiu sobreviver. Por um lado, as decisões sobre a integração das democracias pós-comunistas prolongam o seu estatuto como garante da unidade ocidental, enquanto os acordos especiais com a Rússia e a Ucrânia, bem como o Conselho Euro-Atlântico, confirmam a sua centralidade na arquitectura de segurança regional. Por outro lado, as guerras de secessão jugoslavas

mostraram divisões sérias entre os aliados, quer quando a União Europeia procurou demonstrar uma inexistente capacidade para resolver a crise pelos seus próprios meios, quer quando os Estados Unidos resistiram às pressões de franceses, britânicos e alemães que reclamavam uma intervenção militar aliada na crise balcânica, às quais acabaram por ceder para impedir a ruptura transatlântica³.

Os aliados tiraram lições separadas da guerra do Kosovo⁴. Os Estados Unidos constataram os riscos de serem arrastados para um conflito secundário em que não

O DECLÍNIO DA ALIANÇA ATLÂNTICA DESDE O FIM DA GUERRA FRIA E AS DIVERGÊNCIAS PROFUNDAS REVELADAS NA SEQUÊNCIA DO 11 DE SETEMBRO TORNAM POSSÍVEL CLASSIFICAR A ÚLTIMA CRISE COMO A PIOR DE TODAS AS CRISES TRANSATLÂNTICAS.

tinham a menor vontade de intervir, bem como os perigos adicionais de travar uma guerra sob o comando de um comité multilateral. Do lado europeu, em Saint Malo, a Grã-Bretanha tomou a iniciativa de propor à França e, depois, à Alemanha, que a União Europeia pudesse dispor de uma capacidade militar de resposta autónoma às

crises internacionais, para a intervenção colectiva das potências europeias não voltar a ficar dependente da decisão dos Estados Unidos na Aliança Atlântica.

Paradoxalmente, o 11 de Setembro precipita a crise transatlântica. De imediato, e pela primeira vez, o Conselho do Atlântico Norte invocou o princípio da defesa colectiva contra a ofensiva terrorista da Al-Qaida. A Administração norte-americana, todavia, não tinha lugar para a velha aliança na estratégia de resposta aos massacres de Nova York e Washington. Desde esse momento, salvo o breve intervalo da cimeira de Praga, a crise ocidental vai evoluir numa escalada paralela à intensificação da guerra contra o terrorismo pan-islâmico e à invasão do Iraque, que torna públicas e notórias as divisões entre os principais membros da Aliança Atlântica e a paralisia institucional da OTAN.

A crise resulta, desde logo, da revisão profunda da estratégia norte-americana. A oposição vincada entre as alianças permanentes e as «coligações flutuantes», em que a «missão define a coligação»⁵, confirma a irrelevância da OTAN, reduzida ao estatuto de reserva⁶ ou relegada para missões de manutenção da paz, como no Afeganistão. A necessidade de concertação com todas as grandes potências, incluindo a Rússia, a China e a Índia, indispensável para neutralizar qualquer tentação de compromisso com o terrorismo pan-islâmico e conter a proliferação de armas de destruição maciça, tende a desvalorizar o primado da aliança das democracias ocidentais na política norte-americana. A tendência unilateralista, com a rejeição das formas institucionais de legitimação internacional do exercício do poder dos Estados Unidos, põe em causa o modelo multilateral do «sistema americano», de que a Aliança Atlântica é o melhor exemplo⁷. Enfim, quando os Estados Unidos substituem a dissuasão pela guerra preventiva, passa a existir uma divergência, dificilmente sustentável, entre a sua doutrina estratégica e a da OTAN.

A resposta europeia à viragem norte-americana segue dois caminhos opostos⁸. Os trabalhistas britânicos comandam a linha euro-atlântica, cuja participação na coligação dirigida pelos Estados Unidos devia garantir o acesso à decisão da potência hegemónica, necessário para temperar o impulso imperial e impedir estragos irreversíveis na arquitectura multilateral, designadamente, nas Nações Unidas e na Aliança Atlântica. Os riscos evidentes dessa orientação estão registados na cimeira das Lages, quando o sucesso da derradeira tentativa britânica e espanhola – e portuguesa – para evitar um confronto irremediável entre os Estados Unidos e o Conselho de Segurança, nas vésperas da invasão do Iraque, não impediu que a reunião ficasse conhecida como a «cimeira da guerra». Os sociais-democratas alemães prevalecem na vanguarda da linha euro-gaullista – ou euro-asiática, no caso do «Eixo da Paz», que também incluía a Rússia – atrás de uma vaga de anti-americanismo, que decidiu o resultado das eleições federais e determinou a recusa terminante da Alemanha e da França em apoiar a estratégia iraquiana dos Estados Unidos, contra a qual se mobilizou a maioria da opinião pública europeia. A sua obstinação comum, em nome da Europa, permanece intacta – continua a impedir a presença da OTAN no Iraque – e teve como consequência consolidar uma dinâmica de polarização nas relações transatlânticas, a benefício das posições mais extremistas: os termos da oposição euro-gaullista ao impulso imperial dos Estados Unidos confirmaram as teses dos nacionalistas e dos neoconservadores na administração republicana sobre a urgência de mudar a velha ordem internacional, as regras do multilateralismo e, mesmo, a Aliança Atlântica⁹.

OS TERMOS DA OPOSIÇÃO EURO-GAULLISTA AO IMPULSO IMPERIAL DOS ESTADOS UNIDOS CONFIRMARAM AS TESES DOS NACIONALISTAS E DOS NEOCONSERVADORES SOBRE A URGÊNCIA DE MUDAR A VELHA ORDEM INTERNACIONAL.

AS DIMENSÕES DA CRISE

A crise transatlântica tem três dimensões principais. A primeira é geográfica e resulta da substituição da Europa Ocidental – e da Ásia Oriental – pelo Médio Oriente como a prioridade estratégica dos Estados Unidos, na sequência do 11 de Setembro. Essa re-centragem inesperada não só remete as alianças tradicionais para um purgatório periférico, como torna necessário articular posições no Médio Oriente, que está na origem de fortes divergências dentro da Aliança Atlântica.

Os Estados Unidos querem ultrapassar a questão palestina, não obstante a obsessão europeia com esse tema, que mistura a questão da culpa do Holocausto, os alinhamentos pós-coloniais com os países árabes e a pressão das comunidades de emigrantes magrebinos e levantinos. A estratégia norte-americana de democratização do Iraque e a sua rejeição do *status quo* político no «Grande Médio Oriente» são vistas com um cepticismo profundo pelos estados europeus que querem evitar escolher entre a defesa da democracia e a estabilidade dos regimes autocráticos. As economias da Europa

Continental não têm alternativas ao fluxo regular do petróleo do Médio Oriente e os Estados Unidos detêm a chave da estabilidade estratégica do golfo Pérsico, sobretudo depois da ocupação militar do Iraque.

A segunda dimensão é política e diz respeito à qualidade das relações entre os aliados. A assimetria entre os Estados Unidos e os outros membros da Aliança Atlântica diminuiu e aumentou com o fim da Guerra Fria. A medição convencional do poder indica uma redução das assimetrias: o orçamento de defesa norte-americano passou a ser igual ao total dos gastos militares do resto da comunidade ocidental e a União Europeia a ter um peso económico comparável ao dos Estados Unidos¹⁰. Contudo, a preponderância unipolar norte-americana e o fim da centralidade estratégica europeia acentuam as percepções de uma crescente assimetria¹¹. Por outro lado, a ameaça do duplo terror ideológico e nuclear soviético desapareceu e os aliados europeus não têm de enfrentar nenhum perigo iminente, que justificaria uma maior disciplina para assegurar a coesão na Aliança Atlântica. Em sentido inverso, resolvida a competição bipolar, a Europa Ocidental, para os Estados Unidos, deixou de ser uma fronteira estratégica crucial e a comunidade de defesa ocidental já não é uma aliança indispensável¹².

Não obstante, o padrão das relações aliadas não mudou desde o fim da Guerra Fria. Os Estados Unidos continuam a ser um *primus inter pares* e interpretam a sua preponderância com arrogância, como quando dispensaram a Aliança Atlântica depois do 11 de Setembro. Pior, perante a oposição da Alemanha e da França à sua estratégia iraquiana, não hesitaram em dividir os aliados, para opor à «velha Europa» uma «nova Europa»¹³, onde pontificaram estados tão antigos como a Grã-Bretanha, a Espanha ou a Polónia. Se a contestação francesa é habitual – embora nunca tivesse sido levada até ao fim numa crise tão séria – a decisão alemã de se opor à estratégia norte-americana, publicamente e pela primeira vez, é uma forma de recusar a antiga vassalagem.

A terceira dimensão da crise é estratégica e remete, justamente, para a emergência de uma visão alternativa da construção de uma identidade europeia, passo decisivo na formação de um império federativo, assente na ruptura transatlântica.

A tensão entre a Aliança Atlântica e as comunidades europeias como modelos estratégicos existiu sempre: foram, desde a sua fundação, autónomas e inseparáveis uma da outra e ambas da constituição da República Federal Alemã. As Comunidades Europeias são um acto de contrição da Europa depois do seu suicídio, tornado possível pelo apoio dos Estados Unidos e da Aliança Atlântica, mas que nem por isso perde o seu sentido último de restauração de uma unidade europeia. As suas relações foram postas à prova no processo de unificação da Alemanha, onde acabou por se reproduzir a fórmula norte-americana de ancoragem da potência central europeia no quadro da comunidade de defesa transatlântica e da União Europeia.

A crise transatlântica tem vincado as tensões originais. Por um lado, a distância norte-americana, sublinhada pela relutância em intervir nas guerras balcânicas e, depois do 11 de Setembro, pela viragem para o Médio Oriente, criou as condições em que a decisão

de dividir os aliados rebeldes pôde ser interpretada como uma inversão da estratégia dos Estados Unidos, que tinham sempre, ou quase sempre, defendido a integração europeia. Por outro lado, o sonho francês da multipolaridade, em que a União Europeia se afirma como o rival da «hiperpotência», passa a ter credibilidade quando a Alemanha estiver pronta para se apropriar do euro-gaullismo e se assumir como o federador europeu. A expressão da independência da República Federal Alemã (RFA) perante os Estados Unidos, o modo como as suas posições prevaleceram no tratado da União Europeia e a sua capacidade para impor à França uma oposição consistente contra a guerra iraquiana são outros tantos sinais, sem precedentes, que traduzem as consequências da unificação da Alemanha e o seu regresso à normalidade.

Houve quem visse nas manifestações contra a guerra iraquiana, em 15 de Fevereiro de 2003, o nascimento da nação europeia¹⁴, um movimento de baixo para cima que pode completar a estratégia federalista de unificação da Europa de cima para baixo. Resta saber se esse caminho continua a ser seguido para impor como mito fundador dos Estados Unidos da Europa a rejeição dos Estados Unidos da América – tal como a fundação da União Americana partiu da negação da velha Europa – e se os norte-americanos persistem na sua estratégia de divisão e oposição à unificação europeia, numa forma de impedir a emergência de uma hegemonia rival que pode destruir a Aliança Atlântica.

A DIVISÃO OCIDENTAL

O sentido da crise transatlântica, depois do 11 de Setembro, começa a ser interpretado como uma tendência de divisão, em que as teses sobre os dois Ocidentes codificam as linhas de cisão entre os Estados Unidos e a União Europeia¹⁵.

A demarcação pode ser geográfica – o Ocidente americano contra o Ocidente europeu – mitológica – Marte contra Vénus – e filosófica – Hobbes contra Kant – ou separar o Ocidente como «configuração geopolítica» do Ocidente como sinónimo do universalismo cosmopolítico¹⁶.

O tema mais forte nas teses dualistas defende uma divergência radical no domínio dos valores, uma posição ampliada pelas sondagens em que mais de dois terços dos europeus e dos norte-americanos consideram ter diferentes valores sociais e culturais. A distinção concentra-se, inicialmente, nas culturas estratégicas¹⁷. Na Europa, salvo honrosas excepções, a fraqueza impõe o conformismo do *status quo*, a legalidade multilateral e a oposição ao império da força, enquanto nos Estados Unidos, a força – ou a vontade de poder – estimula a ambição de mudar o mundo e projectar os valores democráticos e a confiança histórica na força do império. Essa descrição é confirmada na definição da secularização, da herança da revolução francesa, da contratualização social e da esperança kantiana na construção de uma sociedade internacional subordinada ao direito como valores especificamente europeus e não-americanos¹⁸. No mesmo sentido, a oposição entre a identidade ocidental como uma tradição

religiosa ou como o império do direito procura vincar uma clivagem entre os Estados Unidos e a Europa¹⁹.

As teses dos dois Ocidentes marcam uma tendência de renacionalização na comunidade ocidental, incluindo uma vontade europeia de inventar a sua própria ideologia nacionalista. Porém, os pressupostos desse nacionalismo europeu reclamam dos Estados Unidos uma homogeneidade norte-americana contrariada pelo pluralismo político e cultural norte-americano e da Europa uma constelação ideal de valores que só deve ter existido, temporariamente, na Alemanha, como uma forma de

negação do seu próprio passado totalitário e nunca como contraponto aos valores norte-americanos. Por outro lado, nem a evocação constitucional do nome de Deus põe em causa a separação entre o Estado e as religiões nos Estados Unidos, nem a discussão desse tema na feitura do

AS TESES DOS DOIS OCIDENTES MARCAM
UMA TENDÊNCIA DE RENACIONALIZAÇÃO
NA COMUNIDADE OCIDENTAL, INCLUINDO
UMA VONTADE EUROPEIA DE INVENTAR
A SUA PRÓPRIA IDEOLOGIA NACIONALISTA.

tratado constitucional da União Europeia assinala um recuo da secularização na Europa. Sobretudo, as teses dualistas tentam negar a afinidade óbvia, ao menos na comparação com outras culturas, dos valores dos regimes constitucionais de democracia pluralista e das sociedades abertas que caracterizam a ordem liberal dos dois lados do Atlântico²⁰.

O reconhecimento dessa comunidade de valores políticos e morais fundamentais não impede que possa existir uma separação estratégica entre os Estados Unidos e a União Europeia. Os argumentos euro-gaullistas são conhecidos: a Aliança Atlântica é um resíduo da Guerra Fria, a Europa está imersa num processo de unificação política, a lógica internacional de regionalização tende a fortalecer a sua autonomia perante os Estados Unidos e a proximidade com a Rússia, a Ucrânia, até a Turquia. Os argumentos dos nacionalistas norte-americanos também são conhecidos: os Estados Unidos têm responsabilidades internacionais que transcendem as velhas alianças, os seus parceiros naturais são as grandes potências, a continuidade da preponderância norte-americana exige conter os riscos da emergência de uma hegemonia rival ou de uma coligação anti-americana, como o «Eixo da Paz» euro-asiático.

Nesse contexto, sustentada por uma lógica identitária, pela vontade política ou por força das tendências estratégicas que se estão a sedimentar desde o fim da Guerra Fria e se revelaram com o 11 de Setembro, a cisão ocidental faz o seu caminho.

Há boas razões para a contrariar. Uma razão política, desde logo, para insistir na importância da aliança *kantiana* das repúblicas democráticas, que têm a chave dos modelos constitucionais de ordenamento internacional, como mostra a comunidade pluralista de segurança assente na Aliança Atlântica e na União Europeia. A institucionalização multilateral do espaço euro-atlântico conseguiu impor a homogeneidade democrática dentro das suas fronteiras e representa o único caso de

demonstração da paz democrática. Bem entendido, a sua reprodução é incompatível com as tentações imperiais americanas e europeias e a consolidação do arquipélago liberal exige uma fórmula de equilíbrio transatlântico. A União Europeia tem de ganhar uma capacidade de defesa estratégica autónoma para se empenhar, por todos os meios, na luta contra o terrorismo catastrófico, o totalitarismo pan-islâmico e os estados falhados, e os Estados Unidos não devem temer que essa União Europeia se torne o pilar europeu da Aliança Atlântica.

Também há uma razão estratégica, para consolidar a capacidade de projectar estabilidade nas marcas da comunidade ocidental, nas relações com a Rússia e a Ucrânia e com o Médio Oriente. A Aliança Atlântica, ao contrário da União Europeia, pode prolongar a sua expansão oriental: a Ucrânia não pode entrar sozinha e o peso da Rússia, mesmo como grande potência nuclear, não desequilibra a comunidade transatlântica. Por outro lado, no Médio Oriente, se os norte-americanos tomam a sério o programa de democratização, os seus únicos parceiros fiáveis são os europeus, que não podem deixar os Estados Unidos isolados. No mesmo sentido, a questão palestiniana não pode encontrar uma fórmula política se as partes puderem continuar a manipular a União Europeia contra os Estados Unidos e vice-versa. Mais importante, para garantir a coesão e a confiança entre os seus membros a comunidade transatlântica precisa de uma visão comum sobre o futuro e a Aliança Atlântica tem de se definir como o centro de uma aliança internacional das democracias.

Uma razão histórica, por fim, para sublinhar a precariedade extrema da comunidade ocidental, ameaçada de destruição pelo seu sucesso na luta pelos valores republicanos da liberdade contra os regimes totalitários. A ameaça do terror totalitário foi o principal responsável pela aliança entre os Estados Unidos e a Europa, cuja unidade é o nome moderno de Ocidente, o seu significado histórico, por oposição ao seu significado geográfico. Nesse sentido, a divisão ocidental é um contra-senso e o mito dos dois Ocidentes uma tentativa para inverter o resultado histórico da II Guerra Mundial e da Guerra Fria e regressar ao passado.

Hannah Arendt escreveu que «a civilização ocidental tem a sua última hipótese de sobrevivência numa comunidade atlântica»²¹: a crise do pós-11 de Setembro transformou essa intuição numa profecia. **RI**

No dia 11 de Setembro mudámos de paradigma dominante. Estávamos, ou julgávamos estar, no mundo de Locke, com uma abertura para o mundo de Kant, e passámos a estar no mundo de Hobbes, com uma abertura para o mundo de Nietzsche e o de Marx.” **RI**

Pierre Hassner, “La signification historique du 11 septembre”, in Pierre Hassner (2003), *La terreur et l’empire*: 383.

- 1** É o veredicto de Philip Gordon e de Dominique Moisi. Jean-Yves Haine considera a crise iraquiana tão má como a do Suez, a pior das crises transatlânticas durante a Guerra Fria e Timothy Garton Ash, no seu último livro, é igualmente pessimista. Gordon, Philip e Jeremy Shapiro (2004), *Allies at war*: 218. Nova York : McGraw-Hill. Moisi, Dominique, «Réinventer l'Occident», in Pierre Rigolout, Michel Taubman, dirs. (2004). *Irak an I*: 32, Paris, Editions du Rocher. Haine, Jean-Yves (2004), *Les Etats-Unis ont-ils besoin d'alliés?*: 268, Paris, Payot. Ash, Timothy Garton (2004), *Free world*, Londres, Allen Lane.
- 2** As referências canónicas incluem Kenneth Waltz e Stephen Walt, do lado neo-realista, e G. John Ikenberry, do lado liberal-institucionalista. Waltz, Kenneth (1993), «The emerging structure of international politics», in Michael Brown, Sean Lynn-Jones, Steven Miller, ed. (1995), *The perils of anarchy*, 23-41, Cambridge: MIT Press. Walt, Stephen. «The precarious partnership», in Charles Kupchan, editor (1997), *The future of transatlantic security relations*, Nova York, Council on Foreign Relations Press. Ikenberry, G. John (2000), *After victory*, Princeton, Princeton University Press.
- 3** Sobre as guerras balcânicas ver Cutileiro, José (2003), *A vida dos outros. A comunidade internacional e o fim da Jugoslávia*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais. Daalder, Ivo e Michael O'Hanlon (2000). *Winning ugly: NATO's war to save Kosovo*, Nova York, Brookings Institution.
- 4** Haine, Jean-Yves (2004), *op. cit.*, 249-263.
- 5** A fórmula das *floating coalitions* foi repetida até à exaustão pelo secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, no pós-11 de Setembro. Existem enunciados anteriores com um significado próximo, como as *shift-ing coalitions* de Richard Haass.
- 6** No sentido em que os Estados Unidos usam a Aliança Atlântica para ir buscar aliados e recursos à *la carte* ou, numa versão mais hostil, os norte-americanos usam a escolha de aliados para dividir a Aliança Atlântica. A última está teorizada por John Hulsman (2003), *Cherry-picking: preventing the emergence of a permanent Franco-German-Russian alliance*, Washington, Heritage Foundation Backgrounder # 1682, 28 de Agosto de 2003.
- 7** Ikenberry, G. John (2002), «America's imperial ambition», *Foreign Affairs* 81: 44-60.
- 8** Sobre a evolução da crise transatlântica, a melhor referência é Philip Gordon, Jeremy Shapiro (2004). Ver também Pond, Elizabeth (2004). *Friendly fire. The near death of the transatlantic alliance*. Washington: Brookings Institution. Shawcross, William (2004). *Allies*. Nova York: PublicAffairs.
- 9** Hassner, Pierre (2004), «Fausses manœuvres», *Revue Internationale et Stratégique* 53: 57-62. Ver também Hassner, Pierre (2002). *The United States: the empire of force or the force of empire ?* Paris: Chaillot Papers # 54.
- 10** Sobre a posição relativa dos Estados Unidos e da Europa, ver Kupchan, Charles (2002), *The end of the American era. U.S. foreign policy and the geopolitics of the 21st century*, Nova York, Knopf.
- 11** É esse o significado da expressão *hyper-puissance*, cunhada pelo ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Hubert Védrine. Ver Moisi, Dominique e Hubert Védrine (2000), *Les cartes de la France*, Paris, Fayard.
- 12** Ao contrário, segundo Madeleine Albright, na altura secretária de Estado na Administração Clinton, os Estados Unidos eram a «nação indispensável».
- 13** Mais uma vez, a frase sobre a «velha Europa» veio de Donald Rumsfeld. *Secretary Rumsfeld briefs at the Foreign Press Center*, Department of Defense, 22 de Janeiro de 2003.
- 14** Strauss-Kahn, Dominique. «Une nation est née», *Le Monde*, 26 de Fevereiro de 2003. Deve-se registar que, na mesma data, houve grandes manifestações contra a guerra iraquiana também em Nova York e São Francisco.
- 15** O tema é tratado por Timothy Garton Ash (2004), *op. cit.*: 54-94. Em registos diferentes, Egon Bahr, Peter Sloterdijk ou André Glucksman glosaram o tema da divisão ocidental. Charles Kupchan (2002) antecipa uma separação entre os Estados Unidos e a Europa à maneira de Roma e Bizâncio. Dominique Moisi (2004) imagina a Europa como uma versão maior da Confederação Helvética, rica, próspera, egoísta e burguesa. George Orwell (1948) tinha evocado uma divisão entre a Oceânia e a Eurásia.
- 16** Ver, sucessivamente Kagan, Robert (2003). *Of paradise and power. America and Europe in the new world order*. Nova York: Knopf. Giddens, Anthony e Samuel Huntington, «Two Wests», *New Perspectives Quarterly*, Outono de 2003.
- 17** É o tema electivo de Robert Kagan (2003).
- 18** Habermas, Jürgen e Jacques Derrida. «Europe: plaidoyer pour une politique extérieure commune», *Libération*, 31 de Maio e 1 de Junho de 2003.
- 19** É a divergência principal entre Samuel Huntington e Anthony Giddens, no texto citado. O problema da religião é antigo – segundo Raymond Aron, Arnold Toynbee dizia, *in illo tempore*, que a decadência europeia só podia ser invertida pelo regresso ao catolicismo. Aron, Raymond (1975). *Plaidoyer pour une Europe décadente*: 422, Paris, Calmann-Levy. Mas voltou a ser tratado com insistência. Ver, por todos, Weigel, George (2004). «Europe's problem – and ours», *First Things* 140: 18-25.
- 20** Timothy Garton Ash, entre outros, têm argumentado fortemente nesse sentido. Ver Ash, Timothy Garton. «How the West can be one», *New York Times*, 27 de Abril de 2003.
- 21** Arendt, Hannah (1965, 1973). *On revolution*: 215. Harmondsworth: Penguin.